

GEOGRAFIA DA POPULAÇÃO E LITERATURA: SOBRE A VIABILIDADE DESSE ENCONTRO E SEUS POSSÍVEIS RESULTADOS**GEOGRAPHY OF THE POPULATION AND LITERATURE: ON THE VIABILITY OF THIS MEETING AND ITS POSSIBLE RESULTS****GEOGRAFÍA DE LA POBLACIÓN Y LITERATURA: SOBRE LA VIABILIDAD DE ESTA REUNIÓN Y SUS POSIBLES RESULTADOS***José Carlos Milléo*¹

Universidade Federal Fluminense, Rio de Janeiro, Brasil

Resumo: A geografia da população acumula um considerável cabedal de conhecimentos sobre o homem nos aspectos mais básicos de sua existência. Neste manancial encontram-se ali dissecados as possibilidades e escolhas de consumo deste homem, a duração de sua existência, seu sexo e suas tendências reprodutivas e até mesmo os aspectos de sua morte. É preciso reconhecer que essa operação de triagem, classificação e ponderação mostra-se altamente eficaz no processo de administração dos crescentes números sob a tutela e vigilância do Estado ou nas esferas do planejamento privado. Por outro lado, há uma incômoda lacuna entre este ramo e a literatura. Esta, se não tem o homem como objeto único, lhe está do mesmo modo visceralmente ligada, habilitando-se tranquilamente a tornar-se uma privilegiada fonte de inspiração ou de subsídios à geografia da população. Assim, o objetivo deste artigo é passar em revista tal lacuna, enquanto busca simultaneamente investigar algumas de suas razões. Como decorrência do aludido objetivo, a paisagem aparece como um conceito que pode estabelecer esta ligação. Neste sentido, para fundamentar a proposição que ora encaminhamos, dois argumentos principais são convocados: a paisagem é examinada como um conceito dotado de grande tradição dentro da pesquisa geográfica, mas, principalmente, é considerada sua habilitação, tendo em vista a origem diretamente ligada à arte. Por fim, como saldo deste esforço são apontados alguns caminhos abertos à conciliação, com destaque para uma nova postura que a geografia da população precisa assumir diante da aparência, do visível, bem como do papel subjetividade na análise do fenômeno geográfico.

Palavras-chave: Geografia da População; Literatura; Paisagem.

Abstract: The population geography accumulates a considerable body of knowledge about the man in the most basic aspects of its existence. In this fountain are dissected the possibilities and choices of consumption of this man, the duration of his existence, his sex and his reproductive tendencies and even the aspects of his death. It must be recognized that this sorting, classification, and weighting operation is highly effective in the process of administering the growing numbers under the tutelage and surveillance of the State or in the private planning spheres. On the other hand, there is an uneasy gap between this branch and literature. This, if it does not have man as a single object, is also

¹ Universidade Federal Fluminense (UFF), Professor do Departamento de Geografia e do PPGEO-UFF, E-mail: josemilleo@id.uff.br

viscerally linked to it, allowing itself to become a privileged source of inspiration or subsidies to the population geography. This article intends to review this gap while seeking to investigate some of its reasons while proposing, also, to place the landscape as a concept that can establish this connection, given its origin linked directly to art as well as the tradition that the concept occupies within geographic research. Thus, the purpose of this article is to review this gap, while simultaneously seeking to investigate some of its reasons. As a result of the mentioned objective, the landscape appears as a concept that can establish this connection. In this sense, in order to substantiate the proposition we are now forwarding, two main arguments are called for: the landscape is examined as a concept with a long tradition within geographic research, but, above all, it is considered its qualification, considering the origin directly linked to art. Finally, as a balance of this effort, some paths open to this reconciliation are pointed out, with emphasis on a new posture that the geography of the population needs to assume in the face of appearance, the visible, as well as the subjectivity role in the analysis of the geographical phenomenon.

Keywords: Population Geography; Literature; Landscape

Resumen: La geografía de la población acumula una considerable cantidad de conocimientos sobre el hombre en los aspectos más básicos de su existencia. En este manantial se encuentran, allí disecadas, las posibilidades y elecciones de consumo de este hombre, la duración de su existencia, su sexo y sus tendencias reproductivas e incluso los aspectos de su muerte. Es necesario reconocer que esta operación de proyección, clasificación y ponderación es muy eficaz en el proceso de administración de los crecientes números bajo la tutela y vigilancia del Estado o en las esferas de la planificación privada. Por otro lado, hay una incómoda brecha entre esta rama y la literatura. Esta, si no tiene al hombre como objeto único, le está visceralmente ligada también, habilitándose tranquilamente a convertirse en una privilegiada fuente de inspiración o de subsidios a la geografía de la población. Este artículo pretende pasar revista a esta brecha buscando, al mismo tiempo, investigar algunas de sus razones mientras propone, también, colocar el paisaje como un concepto que puede establecer esta conexión, dada su origen directamente ligado al arte, así como la tradición que el concepto ocupa dentro de la investigación geográfica. Por lo tanto, el propósito de este artículo es revisar esta brecha, al tiempo que se busca investigar algunas de sus razones. Como resultado del objetivo mencionado, el paisaje aparece como un concepto que puede establecer esta conexión. En este sentido, para fundamentar la proposición que ahora estamos presentando, se requieren dos argumentos principales: el paisaje se examina como un concepto con una larga tradición dentro de la investigación geográfica, pero, sobre todo, se considera su calificación, considerando el origen directamente vinculado a arte. Finalmente, como balance de este esfuerzo, se señalan algunos caminos abiertos a esta reconciliación, con énfasis en una nueva postura que la geografía de la población debe asumir frente a la apariencia, el papel visible y el de subjetividad en el análisis del fenómeno geográfico.

Palabras clave: Geografía de la Población; Literatura; Paisaje

1. INTRODUÇÃO

O título desse artigo, entre alguns que se aventurarem a lê-lo, pode causar certo incômodo já que os dois componentes que contém não guardam antítese alguma e, pelo menos em princípio, teriam toda a condição de se alinharem numa incursão comum. Decorrente dessa constatação, por conseguinte, pode aparecer o questionamento: afinal esse encontro realmente precisa ser avaliado em suas possibilidades? Ou seja, não resulta como evidente a viabilidade dessa conjunção?

Geografia da População, em sentido amplo, se ocupa dos dilemas do homem nos aspectos mais básicos de sua existência bem como da relação de tais aspectos com o espaço. A literatura, por sua vez, se não tem tal temática como objeto único, lhe está visceralmente ligada também, habilitando-se tranquilamente a tornar-se uma de suas privilegiadas fontes de inspiração ou de subsídios. Portanto, numa primeira aproximação, nada mais apropriado que imaginar um campo comum de convergência entre uma e outra.

No entanto, o estranhamento advindo do título contendo um questionamento que aparenta não possuir consistência, ganha relevo na medida em que se examinam dos frutos da junção entre este ramo da ciência geográfica e os escritos literários, os filhos provindos de um casamento entre ciência e arte dentro das cercanias aludidas no título. Uma busca, mesmo apressada, qualquer que seja o mecanismo, resultará em pouquíssimos exemplos onde a Geografia da População logrou êxito no estabelecimento de um diálogo mais fecundo com a literatura, e isto quando ele foi ao menos tentado. Os exemplos de sucesso, é claro, existem, mas funcionam muito mais como exceção que ajudam a confirmar a regra².

Diríamos, então, em defesa deste périplo, e tentando esboçar seu traçado, que nossa busca empreende seu intento trafegando principalmente por duas vias. De um lado, num sentido mais ontológico, nos aproximaríamos dos anseios expressos em algo que em alguma medida toca numa geografia das emoções, já que o mergulho na mediação entre os seres humanos e o espaço, efetuada por este ramo parece ser caminho bastante

² Uma destas felizes exceções com a qual este autor se deparou, ao fazer uma busca na internet, é o belo trabalho de Cunha(2007), que faz uma junção entre demografia e paisagem na Minas dos séculos XVIII e XIX, em que pese o recurso a relatos de exploradores e não exatamente aos romancistas da época. Mesmo assim, porém, constitui um encaminhamento que se aproxima bastante da proposta contida neste artigo.

promissor. Interessa-nos o reino dos sentimentos e dos sentidos na relação entre ser humano e espaço, do papel que, por exemplo, joga a esperança, o medo ou a felicidade, enfim as impressões humanas nesta relação. Parafraseando Chevalier (1974), podemos afirmar que aqui se busca recolocar o espaço vivido procurando não o vincular pura e simplesmente ao espaço de vida. Este último, o espaço como mero suporte das ações humanas, é figura comum e constantemente tratada dentro da Geografia da População. Já do espaço vivido, esse sim carregado de valores, relação subjetiva que o indivíduo ou as coletividades estabelecem “com a terra e com os lugares”, aparece quase sempre como anexo ao primeiro ou é tratado (numa tradução mais afoita) como sinônimo. O tráfego por esta via será momentaneamente adiado já que outra tarefa de âmbito mais geral, e que toca mais diretamente na relação proposta no título do artigo, se antepõe.

A outra via que propomos de cunho muito mais metodológico – essa sim ora objeto de análise - interessa-se pela literatura e as riquezas que acumulou e cuidou de lapidar, mas que permaneceram relativamente refratárias ao interesse da Geografia da População. Dentre tais riquezas interessa-nos muito especialmente as gemas garimpadas no leito do tempo, lapidadas à exaustão até se transformarem em lentes extremamente poderosas através das quais homens e mulheres, sociedade e natureza puderam ser sondados nos meandros mais sinuosos de suas relações espaciais. Buscamos, portanto, seguir a vereda empreendida pela literatura, na captura do espírito de cada tempo vigente em cada sociedade, e que é largamente responsável pela produção de sucessivas geografias. São ondulações, recônditos, labirintos, ferramentas às quais a abordagem demográfico-espacial se mostra desconfortável em seu uso, desencaixada, incongruente ou até mesmo cega já que por vezes lhes ignora por completo, talvez num ato (vão?) de lhes conferir irrelevância posto que aos seus olhos não se apresentam exatamente como “científicas”, essas tais ferramentas.

Neste sentido, esse cabedal não se oferece à exploração pela ciência geográfica como terreno franco e aberto, à mercê de sua anexação pura e simples objetivando o enriquecimento da retratação das relações acima citadas. Ainda que o ser humano seja capturado em sua essência nas cercanias da literatura, há descontínuos que precisam ser vencidos no transporte desse retrato para a geografia. São muitas vezes desconexões absolutamente previsíveis já que advindas de compromissos diferentes com essa

captação, mas em outras tantas; tal descompasso se dá por destrezas que precisam ser adquiridas no manuseio tanto da técnica quanto do material literário.

Não bastasse essa atmosfera, existem ainda limitações advindas da própria Geografia na sua análise do homem. Tomemos a Geografia da População (e neste exemplo já vamos nos encaminhando ao tema central) que trabalha especificamente com um conceito derivado da biologia e da estatística. Como nos esclarece Paul Claval:

A demografia se afirma precocemente devido ao interesse dos Estados, de tal forma que os geógrafos aprendem a manipular muito cedo as noções de densidade, natalidade, mortalidade, de faixas etárias. Desenhando os mapas de densidades, eles mostram que é possível abordar de maneira mais abstrata e mais geral o problema das relações dos homens com o espaço. (CLAVAL, 2014, p. 69).

Um conceito gestado dentro da Modernidade, população, e, portanto perfeitamente adequado aos problemas que lhe estavam postos à frente³. Derivadas dessa ótica moderna estão as soluções que, por conseguinte, dão prosseguimento a este prisma, reforçando a população (enquanto conceito) em seus predicados e dilemas. Pela maneira tradicional o viés biológico não só é aceito como até mesmo reforçado o que, por sua vez, só faz com que esse distanciamento se amplie ainda mais. O homem se converte num repositório de energia potencial, ou sua capacidade de trabalho, que pode ser perscrutado, em seus desejos de consumo, seu tempo de vida, sua busca por reprodução, suas mazelas orgânicas e, por fim, sua morte. Por um lado essa operação de triagem, classificação e ponderação mostra-se altamente eficaz no processo de administração dos crescentes números sob a tutela e vigilância do Estado⁴ ou nas esferas do planejamento privado. Contudo, como bem frisa Amélia Damiani:

Como conceito a população se esvazia. Ela é, sobretudo uma forma de controle e conhecimento sobre as pessoas que não tem data. Parece, de tal maneira, genérica, que se adapta a qualquer lugar e tempo. Então, não se define a especificidade, nem desse lugar, nem desse tempo. Em outras palavras, não é um conceito verdadeiramente histórico. Não permite que se persiga a formação, o desenvolvimento e a deterioração de seu conteúdo real. (DAMIANI, 1991, p.78)

³ Para mais referências sobre o conceito de população e sua adoção pela Geografia ver Milléo (2014).

⁴ Sobre a evolução da Estatística, da Demografia e de seu uso pelo Estado ver Desrosieres (2004).

Uma alternativa, já igualmente clássica, tem sido superar o homem biológico, ou estatístico conforme nos diria Raffestin (1993), situando-o dentro do âmbito das relações de classe e, por meio destas, convocando a categoria trabalho como apoio privilegiado de seu desvelamento numa análise que busca fugir à decomposição sugerida acima. Nessas duas perspectivas - o homem biológico-estatístico e o homem produtor, sendo ambas modernas - a literatura não se encaixa com muito conforto já que só pode encontrar lugar aparecendo logo de início, introduzindo o objeto de análise, funcionando quase como epígrafe, ou ao final como adendo às conclusões, como epílogo. Uma filigrana, que no máximo enaltece ou coadjuva, quase um capricho deste ou daquele pesquisador, mas que não dá conta da totalidade envolvida na análise e nem está inserida em seu cerne.

Diversas podem ser as conjecturas sobre esta situação, mas sem dúvida podemos dizer que uma de suas causas é que esta insuficiência se dá, possivelmente, porque esta lacuna não é assumida plenamente pela Geografia. A população, como conceito, só pode alcançar o homem em certa medida, mas o que lhe falta não é pouca coisa, embora o discurso geográfico não confira *status* a este vazio. Assim, não estaríamos falando apenas de um aspecto ao qual os estudos de população deveriam considerar a possibilidade de adição, mas da captura de uma face do Homem que a população, e sua Geografia, não alcança. Tal qual a Lua, trata-se de uma face oculta que não se mostra mediante o uso de telescópios mais poderosos, ou seja, não aparecerá em novos mapas por mais acurados que sejam; não se deixará ver através de cálculos, ainda que estejam exatos; não poderá ser identificada através do aperfeiçoamento dos tradicionais conceitos aos quais ocorre o ramo em questão. Assim, do mesmo modo que a sincronia, entre os movimentos de rotação do planeta Terra e do seu satélite, garante que seu lado oculto permaneça incólume, defendemos aqui que nosso olhar só poderá ler determinados aspectos da paisagem se recorrermos a novos instrumentos ou pelo menos renovarmos os tradicionais.

A literatura, reafirmamos, bem nos pode fornecer o espelho que, num duplo efeito, lança luz sobre esta insistente escuridão ao mesmo tempo em que lhe revela todo o relevo outrora incógnito. Por esse caminho, então, incursionaremos.

2. POPULAÇÃO, ESPAÇO E PAISAGEM

A Geografia da População só poderá esquadrihar mais facilmente esta lacuna, acima explicitada, se assumi-la, facultando seu preenchimento pela literatura através de uma metodologia, um caminho que precisa ser mapeado, decantado em seus princípios mais fundamentais e, finalmente trilhado (ainda que mediante seus perigos). Neste sentido, a constituição de tal caminho precisa emancipar-se dessa dificuldade congênita que o ramo em questão tem, de lidar com categorias que em princípio bem lhe poderiam servir de ponte na direção de abarcar abordagens, construir caracterizações e revelar novos enfoques provindos das cercanias da literatura.

Considere-se, por exemplo, o potencial contido dentro do conceito de paisagem. Tendo como berço a pintura, e mais especificamente a pintura italiana do século XV, a paisagem, dada essa condição, apresenta desde sempre a possibilidade de transitar para além dos domínios, digamos, mais duros e frios da ciência, mesmo após ter se convertido em conceito central para a constituição da Geografia. Dito de outro modo: a paisagem continha já em seu nascedouro a vocação ao diálogo e a colaboração mútua entre ciência e arte. Além disso, a paisagem demonstrava a eficácia da conversação da Geografia com outras fontes, além da arte, também o saber popular figurava com facilidade.

A análise da noção de paisagem (*pagus*), por exemplo, permitiu identificar o contexto remoto no Ocidente, em que a raiz do termo surgiu, relacionada à divisão do trabalho, do território, das atividades rurais nos lugarejos distantes das cidades; os '*paeses*' vistos à distância a partir dos castelos ou de um núcleo, formavam uma vista ampla que passou a ser denominada de paisagem. (PAGANELLI, 2002, p.151).

Podemos, desse modo, mesmo que à guisa de esboço, traçar essa interessante completude que se dá em diversos âmbitos. População é uma abstração, uma criação que busca operacionalizar certa parcela da realidade, mas que, estrito senso, só tem vida como abstração da biologia ou da matemática. Por conseguinte a população não existe, ou pelo menos não no sentido literal, mas é uma operação da mente humana, ou melhor, é uma operacionalização da realidade que nos facilita por demais a tarefa de estudar o ser humano em determinados aspectos. Contudo, se este movimento de captura do ser humano, por meio de uma abstração, nos faculta o realce de importantes aspectos de sua vida e de suas relações com o espaço, por outro lhe alija de sua existência concreta tanto quanto mais lhe substituímos pela abstração e suas ferramentas correlatas. Noutras palavras, quanto mais nós, seres humanos, nos transformamos em população menos nos

reconhecemos na nova entidade que agora ganha existência diante de nossos olhos. Desse alheamento à concretude, por assim dizer, a população como conceito padece já em sua pia batismal, fruto que é do casamento entre as duas ciências aludidas.

Por sua vez a paisagem é conceito fortemente ligado ao empírico, ao concreto, ao objetivo, uma noção que é extraída dos sentidos humanos e, mercê destes, é construída através de uma vocação ao panorâmico, ainda que por vezes essa vocação possa não se realizar inteiramente. Ou seja, seu nível de abstração, na melhor das considerações, situa-se num intermediário entre o conceito e o objeto. Subjazem à adoção deste conceito, e que lhe facultam essa concretude: um certo distanciamento do observador; um forte embasamento na percepção que os sentidos nos trazem do objeto exterior, que costuma estar identificado e apreendido por um lance de vista; uma ligação ao natural ou bucólico muito embora este traço especificamente não seja regra já que a vista de uma cidade ou um horizonte urbano também podem ser chamados de paisagem.

Estamos, assim, falando de um conceito gestado dentro de um ambiente extremamente promissor, pelo menos no que diz respeito a esta possível ponte entre população, ferramenta típica representante da ciência moderna e a paisagem que tem seu parentesco (e justificativa) mais próximo da arte, uma inusitada mas promissora completude entre o intangível e o inapelavelmente concreto, entre ciência e arte. E, por que não dizer, entre a teoria sobre um objeto e seu método de apreensão já que essa promessa em relação à paisagem se dá não só por conta do aludido ventre constituído pela pintura, mas também pela contemplação como técnica, que suscitava não apenas a consideração de diferentes escalas bem como a convergência da informação provinda de diferentes origens: uma triagem entre os objetos presentes na superfície do globo, iniciando pelos mais próximos, suficientemente grandes e claramente visíveis, passando para os maiores até contemplar perspectivas as mais amplas possíveis, como as formações de relevo, os solos e as culturas nele desenvolvidas, a vegetação predominante ou o movimento de massas de ar (CLAVAL, 2014).

Contudo, este nascedouro promissor parece ter funcionado igualmente como sua maldição já que acaba também por lhe imputar a pecha, ou reforçar a impressão, de ciência das aparências. Aparentemente, de conceito clássico da ciência geográfica a paisagem passou a ser alvo de desconfiança pelos geógrafos por estar associada à imagem, ao sensível, à fruição, em síntese à simples superfície dos fenômenos

(PAGANELLI, 2002). Mesmo obras recentes, advindas das cercanias geográficas, oscilam entre a defesa de uma retomada deste flerte, advogando a reconsideração do conceito face à sua riqueza, mas sempre guardando uma segura distância garantida pela recorrente lembrança de seu “pecado original”. Neste sentido, talvez o exemplo mais eloquente seja o de Milton Santos (1997, p. 103) que decreta a paisagem como um conjunto de formas: “que, num dado momento, exprimem as heranças que representam as sucessivas relações localizadas entre homem e natureza”, dissociando, portanto a paisagem das ações que lhes infundiriam vida ou, numa palavra, o espaço que resumiria essa totalidade. Interessante lembrar que essa postura se dá bem posteriormente aos apontamentos de Dardel, em 1952, e outros expoentes da Geografia Cultural, para os quais a paisagem representava algo mais que mera colagem de elementos encaminhada pelo olhar do observador, sendo antes “uma confluência, uma trama de elementos capturada no “vivido”(Cabral, 2000, p. 39), que nesta operação de unir cada um dos elementos lhes garante coesão através da impressão que lhe ocorre.

Num primeiro momento, a proposta supracitada talvez pareça se encaixar perfeitamente nos requerimentos propostos neste artigo. O preenchimento da paisagem com a vida, com as impressões dos que lhe experienciam, aparenta resolver o dilema ora em tela e que assombra a população: seu alheamento dos “homens concretos” e de suas práticas espaciais, como diria o geógrafo Ruy Moreira. Mas essa impressão se desvanece rapidamente quando refletimos que a vida convocada pela Geografia Cultural constitui um entendimento diametralmente oposto àquele inscrito no conceito de população. Em Dardel (1952), por exemplo, vida é relação, para a Geografia da População vida é respiração. Viver em uma casa ou num país, segundo o referido autor, é coisa bem diferente de habitá-los, unidade mais que frequente nos estudos de população. Por fim, diríamos que a paisagem como convergência pressupõe um tempo em que se dá o vivido, já a população é um ente que solicita no máximo uma cronologia e tem nesta flexibilidade justamente um de seus maiores predicados para a demografia.

Temos, então, um primeiro elemento a ser considerado em nossa busca pela reabilitação da paisagem no sentido de pavimentar um caminho que a ligue à Geografia da População, qual seja: assumir a aparência como um dado da realidade, com *status* de mesmo quilate de qualquer outro dado ou fonte. A aparência é um caminho para se desvendar as relações entre homem e espaço e não é um ente separado dele. A

representação é então um caminho no desvendamento das relações entre o natural e o social. Como bem aponta Souza (2013, p. 51):

Na verdade, a paisagem é reveladora, muito embora revele “ao encobrir” (e, inversamente, e de modo ardiloso, encubra ao revelar”...). Em outras palavras: a paisagem é uma forma, uma aparência – e não há nada de intrinsecamente ruim nisso, a não ser que a nossa própria limitação mental faça disso algo ruim.

Deste modo, a aparência das paisagens não se coloca como um par antitético à essência constituída pela investigação científica, mas é, antes, o contraponto que lhe completa. É interessante como os geógrafos ao encaminhar uma colaboração às considerações de Milton Santos acabam recompondo esse mesmo requerimento, trafegando o sentido inverso dessa mesma crítica, ou seja, advogando a necessidade da revelação das intenções contidas nas formas concretas. Angelo Serpa (2010), por exemplo, ainda considerando Milton Santos, aponta que:

Uma crítica da paisagem construída (...) aponta, pois, para a construção de parâmetros que revelem, pelos arranjos socioespaciais, o invisível das formas urbanas visíveis, tratando os objetos técnicos de modo sistemático e globalizante. É necessário revelar, por trás dos sistemas de objetos, **os sistemas de valores** que embasam as ações dos diferentes agentes e grupos que produzem espaço. (SERPA, 2010, p.134).

Neste sentido, a crítica fica suscitando uma aproximação à paisagem que não se ressinta de sua materialidade, mas a integre às ações que lhe delegam valores e funções. Um dilema, embora flagrante na prática de nossa ciência social, difícil de ser resolvido, mas que, no entanto, recebe um apontamento interessante quando este mesmo autor nos fala que:

(...) é necessário *afinar o olhar* (grifo nosso) para o sistema de ações que se operacionaliza sobre um sistema de objetos aparentemente inadequado para o lazer e as manifestações culturais e festivas de seus moradores. (SERPA, 2010, p. 136).

Um dos caminhos, frequentemente defendido por autores como Serpa (2010), é a investigação do visível, buscando o invisível contido nas intencionalidades que perpassam tanto a constituição das paisagens quanto as ideologias que lhe orientam a

observação. Esta operação, de ‘afinar o olhar’, como bem apontou o autor, supõe a consideração do homem como parte dessa paisagem, e ponto de partida igualmente, para o exame de tais aparências ou do visível como comumente se coloca. Ocorre, porém, que este processo de aperfeiçoamento de nossa leitura, demanda novas lentes uma vez que o homem não é visto como integrante da paisagem, sendo por isso tão difícil à Geografia da População incorporar este conceito às suas considerações. Ruy Moreira (2014), por exemplo, conjectura que esse distanciamento pode ter sua raiz inicialmente na dicotomia neokantiana que opôs as ciências dedicadas à natureza daquelas atinentes à cultura. Em adição a esta atmosfera, segundo o autor, haveria também a coincidência do surgimento das ciências dedicadas à cultura (em particular a Psicologia, mas também a Sociologia e a Antropologia). Neste sistema, o homem se torna um coadjuvante “em sua relação com a paisagem, com o meio e o espaço” (MOREIRA, 2014, p.22) até se perder completamente como conceito.

Pois bem, ainda que a duras penas e em meio à fragmentação generalizada, perdura até os anos 1950 uma compreensão integrada contida dentro das concepções que buscavam capturar a relação homem-meio (SOBRENOME DA FONTE, ANO). Após a segunda metade do século XX, porém, Moreira (2014) aponta que mediante a consolidação de duas vertentes opostas, - personificadas por Jean Tricart (1977) e Pierre George (1971) e conduzidas por dois conceitos dedicados a essas vertentes – a paisagem passa a ser uma categoria relevante da Geografia Física enquanto o espaço é que ocupará esta posição dentro da Geografia Humana. Em continuação ao movimento já delineado o homem passa:

(...) a ser entendido como sujeito-mediação, ponte de passagem entre uma paisagem natural e uma paisagem artificial transformada pela técnica, e daí o conceito quebra-se num estranho itinerário de formas tomadas de empréstimo às ciências humanas vizinhas (...). (Moreira, 2014, p.23)

Dessa atmosfera decorrem então dois aspectos, destacados pelo autor acima citado, que podem bem nortear a análise do distanciamento entre população e paisagem: (1) Num processo, que já havia se esboçado em De Martone (1953), mas que se dá especificamente a partir de Tricart (1977), a paisagem se converte num conceito cada vez mais ligado à Geografia Física e distante da Geografia Humana num movimento que, par e passo, vai distanciando-lhe da abordagem do homem num sentido mais holístico

(MOREIRA, 2014). E (2) por outro lado o homem se transforma numa categoria mutante (*op. cit.*), que é vítima de uma vagueza em seu conceito. É aqui, por exemplo, população num decalque da Demografia, mas pode ser o consumidor advindo das cercanias da Economia ou o habitante advindo da Antropologia (*op. cit.*). Ora, este processo de fragmentação e deslocamento do homem desarticula sua relação com a paisagem na medida em que este conceito tem sua raiz numa contemplação que por si, e antes de qualquer coisa, contém uma vocação totalizante, um conceito que busca a compreensão do homem na relação dele com o todo e não com as partes que compõem a paisagem. Deste modo, o “homem literário” por assim dizer, que circula, flana, atua, e que acaba tranquilamente sempre encontrando lugar dentro da paisagem, tem essa desenvoltura confiscada por completo quando se transporta para os domínios da Geografia da População, que ignora essa categoria ou sente-se tremendamente desconfortável em sua presença.

3. CONCLUSÃO

Retomemos então a questão central que nos guiou até aqui, ou seja, o balizamento, mesmo que em condições ainda precárias de uma aproximação cada vez mais fecunda entre a população (que a geografia estuda) e a literatura (que a geografia da população não deveria ignorar) numa proposta, como procuramos esboçar, que vá adiante da mera adição de fontes ou do alinhamento de diferentes metodologias adaptadas e que oscilam ora mais na direção ao ‘homem estatístico’, ora mais rumo à uma percepção das subjetividades inscritas nesse homem, em sua relação com o espaço. Tentando superar essa abordagem que se comporta, no melhor dos casos, como um pêndulo que transita entre dois mundos absolutamente distintos, onde a consideração científica e a narrativa literária se observam a partir de duas cidadelas que se conhecem apenas por suas fachadas, suas torres e muros, sem misturar-se através de uma visão que não seja apenas colaborativa, mas muito mais consoante, podemos decantar alguns aspectos que nos norteariam nesta incursão.

Em primeiro lugar, parece ter ficado patente que a aparência, longe de ser um obstáculo a ser superado, pode ser colocada como o fio condutor através do qual o pesquisador inicia seu trajeto no sentido da explicação dos fenômenos demográfico

espaciais. Nesta busca pelo desvendamento das aparências, o conceito de paisagem bem poderia ser de grande ajuda no périplo já que lhe está por princípio ligado, mas, como vimos, teve esta sua vocação bastante arrefecida, pelo menos no que diz respeito ao ramo em questão. Esta diluição no papel da paisagem dentro dos estudos de população, lhe imputando a condição de, no máximo, mero adereço, parece ocorrer por conta: tanto de uma depreciação do papel do visível na análise geográfica, associando-o mecanicamente ao superficial sem sua devida consideração como fonte⁵; quanto por um deslocamento do homem como personagem integrante também desta mesma paisagem.

Se, no entanto, admitimos que a aparência não é um obstáculo então como utilizá-la? Neste ponto, onde a indagação se impõe, é curioso observar a forma como a literatura acaba aparecendo como uma ferramenta mais que propícia à sua resolução, já que esta não tem uma relação de conflito com os sentidos humanos contra os quais incessantemente o pensamento racional se lança. Na constituição das paisagens literárias não apenas a visão, mas o olfato, o paladar, a audição e até mesmo o tato são acionados sem o menor pudor. O divórcio entre a população e suas as práticas espaciais (GÓES; BELTRÃO SPOSITO, 2016) - entendidas aqui como mediações entre os indivíduos e o espaço em que vivem, impregnadas de subjetividades – esse distanciamento, poderia ser menos penosamente vencido pela geografia da população considerando as possibilidades contidas na literatura, deslocando o constrangimento para com os sentidos e sentimentos e na forma como estes desnudam a aparência, dispondo-a desta vez não como empecilho mas como caminho através do qual se chega à relação entre a população e seu espaço.

Como procuramos demonstrar, a literatura pode bem ajudar a resolver tais dilemas funcionando como lupa que recobre e concede relevo a cada meandro do visível ao mesmo tempo em que colhe o homem como componente da paisagem lhe facultando, por vezes, o *status* que a apreensão como ente biológico ou produtor não é capaz de lhe conceder. Se a paisagem é texto e leitura, como postula a Geografia Cultural, sem dúvida a literatura faz dessa escrita e de sua leitura também seu ofício, constituído mediante sua capacidade formidável de interrogá-la. Que a Geografia da População tome partido então do fato óbvio que na literatura esta captura de subjetividades não se dá de maneira desconfortável na medida em que, mais uma vez para que fique bem frisado, sentidos e

⁵ Não nos esqueçamos por exemplo que os dados estatísticos também são passíveis de induzir ao erro, casual ou deliberadamente. Já é celebre o título da obra de Darrel Huff (1968), “Como Mentir com Estatística”.

sentimentos em relação ao espaço não são postos numa posição subalterna em relação a outras fontes que permeiam a complexidade dessa relação.

Dessa situação de equidade nasce também uma relação que pode ser extremamente interessante da geografia da população para com o tempo. É fato que o método descritivo ficou encarregado, durante longo período, de intermediar a experiência de campo e as explicações propostas pelos geógrafos e que, neste interim, em diversas ocasiões pôde até mesmo se irmanar do ofício literário. A geógrafa Perla Zusman (2014), porém, anota que em fins do século XIX uma cisão entre a narrativa e a descrição marcou a ruptura no pensamento entre tempo e espaço, solapando a descrição no âmbito da geografia enquanto facultava um papel bastante interessante à narrativa nas cercanias da História. Na descrição geográfica o tempo nada mais é que uma sucessão de acontecimentos, mas, como bem frisa Zusman (2014) este ente precisa ser reconduzido de seu exílio, estabelecido a partir de uma partição entre a narrativa e a descrição que personificariam uma cisão entre tempo e espaço.

Para Zusman (2014), por fim, (e utilizando-se de um léxico caro à Doreen Massey (2005)) trata-se de um espaço onde o entrelaçamento de existências e identidades sugere uma trama, uma urdidura de trajetórias onde objetos (descritos) e ações (narradas) se encontrem e se combinem numa coexistência múltipla, de múltiplas trajetórias espaciais e temporais que se transformam numa geografia. O próximo passo que tentaremos dar, em nossos trabalhos seguintes, será detalhar esta proposta conciliatória que foi aqui declinada.

4. REFERÊNCIAS

CABRAL, Luís Otávio. A paisagem enquanto fenômeno vivido. *Geosul*, Florianópolis, v.5, 0.30, p 34-45, jul./dez. 2000.

CHEVALIER, Jacques. Espace de vie ou espace vécu? L'ambiguïté et les fondements du concept d'espace vécu. *L'Espace Géographique*, n. 1, 1974.

CLAVAL, Paul. *Epistemologia da Geografia*. UFSC. Florianópolis. 2014.

CUNHA, Alexandre Mendes. Espaço, paisagem e população: dinâmicas espaciais e movimentos da população na leitura das vilas do ouro em Minas Gerais ao começo do século XIX. In: *Revista Brasileira de História*. São Paulo, v. 27, nº 53, p. 123-128, 2007.

DAMIANI, Amélia. *População e Geografia*. 5ª edição. Contexto: São Paulo, SP. 1991.107 p.

DE MARTONNE, Emmanuel. *Panorama da Geografia*. Cosmos: Lisboa. 1953.

DARDEL, Eric. *O homem e a terra: natureza da realidade geográfica*. São Paulo: Perspectiva, (1952- 2015).

DESROSIÈRES, Alain. *La política de los grandes números*. Barcelona: Melusina, 2004.

GEORGE, Pierre. *Geografia da População*. Coleção Saber Atual, Difel, São Paulo. 1971.

GÓES, Eda Maria; BELTRÃO SPOSITO, Maria Encarnação. Práticas espaciais, cotidiano e espaço público: o consumo como eixo da análise do calçadão de Presidente Prudente-SP. *Revista da ANPEGE*, [S.l.], v. 12, n. 19, p. 39-65, jun. 2017. ISSN 1679-768X. Disponível em: <<http://ojs.ufgd.edu.br/index.php/anpege/article/view/6373>>. Acesso em: 03 maio 2019.

HUFF, Darrel. *Como mentir com estatística*. Rio de Janeiro: Edições Financeiras, 1968.

MASSEY, Doreen. *Pelo espaço*. Rio de Janeiro. Bertrand, 2005.

MILLÉO, José Carlos. Mudanças sociais, população e espaço: buscando renovar as bases para o estudo dessa relação na contemporaneidade. *Rev. Tamoios*, São Gonçalo RJ, ano 10, n. 2, p. 88-100, jul/dez. 2014.

MOREIRA, Ruy. *O Discurso do avesso (para a crítica da Geografia que se ensina)*. Rio de Janeiro: Contexto, 2014.

PAGANELLI, Tomoko. Reflexões sobre categorias, conceitos e conteúdos geográficos: seleção e organização. In: PONTUSHCKA, Nícia Nacib; OLIVEIRA, Ariovaldo Umbelino de. *Geografia em Perspectiva*. São Paulo: Contexto. 2002. p.149-158

RAFFESTIN, Claude. *Por uma geografia do Poder*. São Paulo: Ática, 1993.

SANTOS, Milton. *A natureza do espaço*. São Paulo: Hucitec, 1997.

SERPA, Angelo. Milton Santos e a paisagem: parâmetros para a construção de uma crítica da paisagem contemporânea. *Paisagem Ambiente: ensaios*, n. 27, São Paulo, p. 131 – 138, 2010.

SOUZA, Marcelo Lopes de. *Os conceitos fundamentais da pesquisa sócio-espacial*. Rio de Janeiro: Bertrand-Brasil, 2013.

TRICART, Jean. *Ecodinâmica*. Rio de Janeiro: IBGE e SUPREN, 1977.

ZUSMAN, Perla. La descripción en Geografía: un método, una trama. *Boletín de Estudios Geográficos*, n° 102, p. 135-149, 2014. Disponível em: <<http://bdigital.uncu.edu.ar/6811>>. Acesso em: 03 mai.2019.

Recebido em 14/11/2019.

Aceito em 04/09/2020.

Publicado em 15/10/2020.